

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 039

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO SOLENE EM  
COMEMORAÇÃO AOS 500 ANOS DO  
DESCOBRIMENTO DO BRASIL  
REALIZADA EM  
25 DE ABRIL DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi, ainda presentes inúmeras autoridades civis, militares, e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

**SESSÃO SOLENE.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Solene comemorativa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, convocada por iniciativa dos Poderes constituídos no Estado e do Movimento Pró-Paraná em representação da comunidade paranaense.

Com satisfação anuncio a composição da Mesa.

Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor desembargador Sydney Dittrich Zappa, presidente do egrégio Tribunal de Justiça; Excelentíssimo senhor desembarga-

dor Luiz Renato Pedroso, presidente do Comitê Cívico Cultural do Movimento Pró-Paraná; Excelentíssimo senhor João Cláudio Derosso, presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor, Joel Coimbra, Procurador Geral do Estado do Paraná; Excelentíssima senhora Adriana Nucci Paes Cruz, presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Excelentíssimo senhor coronel aviador Ricardo da Silva Servan, Comandante do Núcleo do 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo; Ilustríssima senhora Marly Marlene Postal Borges, Chanceler da República Portuguesa; Excelentíssimo Senhor, deputado Hermas Brandão, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná; e Excelentíssimo senhor deputado Augustinho Zucchi, 2º secretário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Convido todos os presentes a ouvirem o Hino Nacional de Portugal e o Hino Nacional brasileiro, a serem cantados pelo Coral Paraná e executados pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

**(Execução dos Hinos)**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com satisfação, concedo nesse instante a palavra ao Excelentíssimo senhor desembargador Luiz Renato Pedroso, presidente do Comitê Cultural do Movimento Pró-Paraná.

O SR. LUIZ RENATO PEDROSO

Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor desembargador Sydney Dittrich Zappa, presidente do egrégio Tribunal de Justiça; Excelentíssimo senhor desembargador Luiz Renato Pedroso, presidente do Comitê Cívico Cultural do Movimento Pró-Paraná; Excelentíssimo senhor João Cláudio Derosso, presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor, Joel Coimbra, Procurador Geral do Estado do Paraná; Excelentíssima senhora Adriana Nucci Paes Cruz, presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Excelentíssimo senhor coronel aviador Ricardo da Silva Servan, Comandante do Núcleo do 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo; Ilustríssima senhora Marly Marlene Postal Borges, Chanceler da República Portuguesa; Excelentíssimo Senhor, deputado Hermas Brandão, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná; e Excelentíssimo senhor deputado Augustinho Zucchi, 2º secretário da Assembleia Legislativa do Paraná.

(Lê):

“BRASIL ‘QUINHENTOS ANOS’

Por que nos reunimos em tão magna sessão? Por que devemos comemorar as datas históricas? Há o que comemorar e festejar neste momento?

A resposta só pode ser uma: devemos rejubilarmos neste evento, porque cumprimos uma etapa de nossa história, reverenciando aqueles que descobriram estas terras e construíram a nossa grandeza.

Fazemos coro às patrióticas palavras de Sua Excelência o senhor presidente da República:

‘Celebramos, neste 22 de abril, os 500 anos do descobrimento do Brasil. As razões para comemorar não faltam. Ao longo de nossos quinhentos anos de existência fomos capazes de muito. Mais do que os progressos materiais que transformaram radicalmente o perfil de nossa economia e sociedade, o que sobretudo nos deve orgulhar é o termos construído uma identidade própria, uma civilização que, sem orgulho descabido, mas sem modéstia vã, podemos propriamente chamar de brasileira. Ao longo de nossa história, o ‘ser brasileiro’ se forjou diariamente em uma sociedade que, sob o influxo de influências múltiplas, se transformava a passos rápidos’.

(Gazeta do Povo, 22.04.2000, pág. 22).

O Movimento ‘Pró Paraná’, surgido nesta Casa Legislativa, mas sem conotação política, congregando um pugilo de patriotas, passou a coordenar os festejos alusivos a efeméride.

Se por um lado, o Paraná precisa ter mais presença no cenário nacional, em reconhecimento à sua pujança, por outro, sua história precisa ser mais divulgada e conhecida, pelos feitos que a consagraram.

Alia-se, portanto, o Paraná, ao Brasil ‘Quinhentos Anos’.

Não podemos e nem devemos deixar de comemorar as datas históricas.

O Brasil reclama mais amor, devotamento, patriotismo.

A oportunidade é propícia.

Relembremos o feito de Pedro Álvares Cabral, não olvidando que a Carta de Pero Vaz de Caminha, como já disse o grande paranaense e, pois, brasileiro Ivo Arzua Pereira e qualifica o renomado causídico Júlio Militão da Silva, em recente obra lançada (“Se Pero Vaz de Caminha escrevesse 500 - anos depois...”) é “Verdadeira Certidão de Nascimento do Brasil”, tanto que narra, segundo destacado historiador, invocado pelo autor, “a existência de um novo mundo. Concreto, imediato, rico de cores, calor, árvores, frutos, pássaros, cantos, frescuras. A terra é ampla, imensa na linha do horizonte. Nela a vista penetra nos arvoredos por léguas e léguas. O céu é limpo; os portos, seguros. As águas são ricas de peixe e a caça é fácil e alegre...”

Senhoras e senhores.

Este é o mundo que português criou, que nossos antepassados enriqueceram e que nos cumpre preservar!

Festejemos, sim os ‘Quinhentos Anos’.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Convido neste instante para fazer uso da palavra o senhor Afonso Alves Francisco, presidente do Comitê 500 Anos Comunidade Luso-Brasileira no Paraná.

#### O SR. AFONSO ALVES FRANCISCO

Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor desembargador Luiz Renato Pedroso, presidente do Comitê Cívico Cultural do Movimento Pró-Paraná; Excelentíssimas autoridades já anunciadas; minhas senhoras e meus senhores.

(Lê):

“Estamos aqui reunidos, solenemente nesta Casa de Leis, onde têm sido elaborados com desvelo e proficiência os instrumentos legais que têm regulado a vida do Estado do Paraná e ensejado aos sucessivos governos estaduais e à sociedade paranaense promoverem o acelerado progresso que tem projetado o Paraná para uma posição destacada no contexto dos Estados brasileiros.

É com os olhos postos nesta grande contribuição do Paraná ao longo do processo de construção do Brasil, que hoje, tanto paranaense natos como paranaenses adotivos, estão aqui reunidos e em perfeita comunhão de pensamento e com a mesma grata emoção para celebrar condignamente os 500 Anos do Brasil, e o fazem com o orgulho de sentir e de saber que à sua querida terra paranaense quanto à parcela que lhe coube como obreira da construção e da grandeza do Brasil, sua contribuição está numa dimensão proporcional acima e além daquela que lhe corresponderia nas contas do fazer Brasil nestes seus primeiros cinco séculos. São cinco séculos de realizações e de história, de uma história rica que teve um belo começo na metade deste milênio. O Brasil é fruto e corolário da mais fantástica epopéia da era cristã, a dos descobrimentos marítimos que ao completarem o seu ciclo deram ao mundo a sua derradeira configuração geográfica, a que hoje conhecemos.

Os descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses, à parte o da América, foram os mais importantes de todos tantos e pois que inspiraram Camões a escrever ‘Os Lusíadas’ e, neles deixar registrada a extraordinária epopéia realizadas pelos navegadores portugueses que por derradeiro e no dizer do poeta ‘com coragem e ousadia armados’ ‘e por mares nunca dantes navegados’ acabaram por ‘dar mundos ao mundo’.

O idealizador das expedições marítimas foi o Infante Dom Henrique, filho de Dom João I, fomentador do mais avançado centro de ciências náuticas e astronômicas da época, gerador da base científica e estratégica das navegações realizadas pelos portugueses.

O visionismo místico do Infante Dom Henrique, se transplantou por inteiro no espírito dos argonautas lusitanos, que tomados por estranho misticismo, uns atrás dos outros, se metiam pelo mar adentro em busca de terras indescobertas.

O sonho, a ciência e a mística, são a base da epopéia marítima, realizadas pelos portugueses, que

visava o alcance de dois objetivos que eram, a expansão territorial do império e a difusão da fé em Cristo. E foi por via dessa religiosidade que os navegadores lusitanos tomados de uma singular determinação iam-se aos perigos do mar e aos mistérios do desconhecido com a mística própria dos que têm uma missão sobrenatural a cumprir, onde a morte no mar, se tiver que vir, que venha, pois para um marinheiro quinitrota o morrer no mar podia ser a suprema sublimação da própria morte e o passe para o seu adentrar no olimpo dos heróis da pátria.

Fernando Pessoa, num dos mais extraordinários poemas da sua obra: Mensagem, fala-nos assim do Infante e da sua relação com o sobrenatural:

‘Deus quer, o homem sonha, a obra nasce  
Deus quis que a terra fosse toda uma  
Que o mar unisse, já não separasse  
Sagrou-te e foste desvendando a espuma’

Carregados de significado, estes versos, revelam-nos uma clara associação entre o divino e o mortal, isto é, entre o querer de Deus e o sonho do homem, e sempre que essa conjugação se dá, providencialmente, a obra nasce. E foi pelo querer de Deus e pelo sonho do Infante que os descobrimentos se realizaram.

E foi pelo querer de Deus que Pedro Álvares Cabral e seus destemidos marinheiros, ‘desvendando a espuma’ descobriram o Brasil, episódio assim descrito por Pero Vaz de Caminha.

*‘Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra!’*

*Primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo*

*e doutras serras mais baixas ao sul dele, e de terra chã*

*com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs*

*nome o Monte Pascoal e à terra - a Terra de Vera Cruz’.*

Descoberto o Brasil, impunha-se agora a sua colonização. A terra era linda, com praias imensas de areias cristalinas emolduradas por florestas luxuriantes, mas cerradas. Um longo maciço de mata atlântica, que ia da Baía a Santa Catarina, constituía-se numa barreira natural para a conquista do planalto. A terra era, totalmente inóspita e sem quaisquer sinais de civilização avançada. Os índios, seus habitantes naturais, levavam uma vida primitiva. Para os portugueses tudo era novidade, sendo a principal o onde encontrar comida à sua feição. Para além do peixe e de alguma peça de caça, onde encontrar os indispensáveis acompanhamentos: o feijão, o arroz, as couves, o ovo, o azeite, os temperos, enfim, aquele mínimo necessário para preparar uma refeição trivial? Nada disto havia no Brasil. Tudo estava por fazer, e o meio ambiente de então não ajudava muito os portugueses. Calor excessivo, locais

infestados de insetos perturbadores e a ausência completa de meios para uma sobrevivência mínima. O isolamento da família e do mundo civilizado, as febres tropicais e a ausência de animais indispensáveis para os transportes e para o serviço pesado.

Enfim, um rosário de carências e de dificuldades que só poderiam ser vencidos com o grande sacrifício de quem para aqui viesse.

Diante desse panorama punha-se a Portugal uma tarefa nada fácil, a do recrutamento de homens dispostos a enfrentar tal penúria. Por motivos óbvios, apenas, se pode contar com a adesão de rudes criaturas, e de uns poucos degredados.

Os que aqui chegaram no começo do século XVI, tinham à sua espera uma condição de vida precaríssima e perigosa e um trabalho árduo e espinhoso, que era o de desbravar a terra, até então, selvagem. Tais colonos foram valentes, pois só com grande heroísmo lhes foi possível enfrentar as ciclópicas dificuldades que tiveram pela frente.

Esses colonos eram manifestamente insuficientes em número para as necessidades de colonização, por isso, estavam contando com os índios para ajudá-los nessa tarefa, hipótese que não resultou, os índios, aferrados ao seu modo de vida simples salvo raras exceções, não se submeteram às tentativas de aculturação dos brancos, de forma que, no geral, não foi possível contar com eles para as tarefas de colonização do Brasil.

As tentativas mal sucedidas em obrigar os ameríndios ao trabalho feitas pelos primeiros colonos, que do fato não eram santos nenhuns, redundaram em escaramuças entre eles e desses recontros há mortes pelo meio tanto de um lado como do outro, pois da banda dos índios também não havia nenhuma santidade a houver, pois estes sempre que podiam, não só abatiam os portugueses, como até os devoravam, em rituais de antropofagia.

Por outro lado, a relação dos colonos com as índias, curiosamente, foi muito bem sucedida, e graças ao acasalamento entre ambas as raças, deu-se o primeiro passo para aquele que viria a se consagrar como o mais importante fenômeno social brasileiro, a miscigenação racial.

Essa miscigenação, ao contrário do que se supunha, é mais poderosa do que a havida entre brancos e negros, como acaba de comprovar recentíssimo estudo científico com base em análises de DNA.

O fato mais importante da colonização do Brasil no século XVI, foi a vinda de Martim Afonso de Souza acompanhado de 400 homens, que aqui chegaram em 1530, para colonizar e guardar as costas do Brasil. A expedição de Martim Afonso trouxe ainda uma boa quantidade de animais domésticos, que se destinavam à criação de rebanhos e muitas sementes e mudas de espécies agrícolas, com especial destaque para a cana-de-açúcar cujo plantio rapidamente se propagou, a ponto de, em menos de 10 anos, ter-se expandido de tal

maneira que todas as capitanias de São Vicente a Pernambuco passaram a ter engenhos de açúcar.

A ação colonizadora dos portugueses foi extraordinária em dotar o Brasil com espécies animais e agrícolas que eram totalmente desconhecidas na nova terra, como por exemplo: cavalos, bois, ovelhas, galinhas, porcos, patos, hortaliças, uvas, pêras, maçãs, figos, laranjas, arroz, feijão, açúcar, entre outros.

A colonização do Brasil, pós Martim Afonso de Souza, dependeu grandemente dos escravos, africanos que aqui chegavam aos mogotes para executarem as lides braçais. Foi com essa mão-de-obra e com a capatazia do colono português que pouco a pouco foram-se estabelecendo na colônia, meios de vida, que acabaram por propiciar a vinda de 600.000 colonos portugueses, entre 1700 e 1760.

A escravatura foi fundamental para a colonização do Brasil e para a formação do povo brasileiro. Graças ao acasalamento entre os portugueses e as mulheres africanas, a miscigenação no Brasil diversificou-se, e aprofundou-se de tal maneira, que o seu exemplo de plenitude não encontra paralelo, até hoje, em nenhum outro lugar do mundo.

É certo que se pode dizer que a miscigenação realizada pelos portugueses tenha tido um caráter oportunístico, influenciada que foi pelas circunstâncias presentes na ocasião, mas o fato é que, todas as potências coloniais da época depararam-se com a mesma conjuntura, mas nesse aspecto nenhuma delas se comparou à que os portugueses conseguiram realizar.

A escravatura foi um fenômeno que permaneceu como prática corrente e generalizada em todos os quadrantes da terra desde tempos imemoriais e até pouco mais de um século atrás.

Vigorava portanto, a prática escravagista no mundo quando os negros africanos foram trazidos para cá por naus portuguesas, inglesas, holandesas e francesas, embora com motivações diferentes, os portugueses interessados na mão-de-obra para a colonização, os demais no tráfico, de escravos na vinda; no Pau Brasil na ida.

A importância da mão-de-obra dos escravos era de tal grandeza e contribuía de tal maneira para o desenvolvimento do Brasil, que mesmo após a sua independência, o país manteve a escravatura por mais 66 anos.

Por volta da metade do século XVII, começava a tomar corpo a mais fantástica epopéia realizada em terras do Novo Mundo; as entradas e bandeiras compunham essas expedições. Homens indomáveis e rijos, que não viravam a cara a nada e tinham coragem para enfrentar a dureza da jornada diária, repetida dia após dia, mata a dentro, levando à boca o que podiam apanhar aqui e ali e enfrentando a toda a espécie de perigos que o sertão e o total desconhecimento dele lhes reservava.

Graças à voluntariedade e à ousadia desses bandeirantes os sertões da América Ibérica foram sendo desbravados, e como consequência dessa penetração em terras,

que pelo Tratado de Tordesilhas pertenciam à Espanha, o território do Brasil foi consideravelmente acrescentado, multiplicando-se por três.

De todos os bandeirantes, o mais notável deles, foi o português Raposo Tavares, que saindo da Capitania de São Vicente com a sua Bandeira, realizou uma das maiores jornadas de que há notícias na história universal, percorrendo para cima de 10.000Km, entre o Atlântico e a cordilheira andina no sentido leste oeste, e entre o trópico de capricórnio e o Equador no sentido sul-norte.

Em 1808, por força da geopolítica européia, a família real trasladou-se para o Brasil. A vinda da corte para o Rio de Janeiro acabou por constituir-se de exponencial importância para o desenvolvimento e modernização do Brasil, junto com a família real vieram 15.000 pessoas da elite portuguesa da época. Esta vinda em massa, repercutiu-se na história das imigrações para as Américas, que não registra outro exemplo de imigração de tal categoria.

Os bons efeitos da vinda da família real e do seu séquito foram imediatos. Rapidamente se instalaram e começam a funcionar meios que a colônia não dispunha, tais como: escolas médicas, academias militares e de belas artes, centros de culturas e imprensa escrita.

Mestres artífices estabelecem-se, ofertando toda a espécie de serviços necessários à vida de uma sociedade moderna e, paralelamente, constroem-se as primeiras estradas tecnicamente preparadas.

No plano político, o Brasil abre-se para o exterior, franqueando os seus portos a navios e mercadorias de nações estrangeiras amigas e facultando a entrada nas suas fronteiras a sábios e viajantes estrangeiros, que tanto contribuíram para os primeiros registros científicos da fauna e da flora brasileira.

O Brasil, sob a administração de Dom João VI, prosperava a olhos vistos e adquiria tal importância que por lei de 16 de dezembro de 1815 deixou de ser uma colônia de Portugal para formar com este um único reino debaixo da denominação de reino Unido de Portugal, Brasil e Algraves.

Constituído o Reino Unido, e com Dom João VI aqui instalado, o Brasil passou a ser a cabeça do reino, comandando o vasto império português, que à época exercia a sua soberania em territórios espalhados pelos cinco continentes.

Dom João VI afeiçoou-se grandemente à terra brasileira, e o reinado que aqui desenvolveu foi altamente profícuo para o Brasil, que na altura deu um grande salto qualificativo em todos os aspectos, transformando-se de fato e de direito numa autêntica metrópole.

Em 1821, algo contrariado, Dom João VI regressou a Portugal na companhia de apenas 3.000 das 15.000 pessoas que tinham vindo com ele, fato que veio a beneficiar o Brasil com a continuidade da permanência de

12.000 pessoas de lato gabarito intelectual, científico e profissional.

Dom João VI dada a variedade e a magnitude dos problemas políticos que teve que enfrentar, e, porque soube vencer uns e contornar outros, o que se pode dizer sobre ele que foi um grande estadista, tendo deixado uma notável obra no Brasil, a merecer, hoje e sempre, um grande respeito de todos, e não ter, como tão injustamente tem, a sua figura adulterada por lamentáveis caricaturas que acabaram por estigmatizar a sua imagem como a de uma pessoa indolente e pantagruélica.

Dom João VI tinha impregnado o Brasil de tamanha importância e grandeza, que qualquer tentativa de diminuir as prerrogativas que lhe tinham sido concedidas quando da constituição do Reino Unido, acabariam por redundar na natural separação dos reinos, com a independência do Brasil. Esta acabou ocorrendo declarada oficialmente por um português, o príncipe Dom Pedro, filho de Dom João VI, apoiado por brasileiros e portugueses, que se convenceram que era hora do Brasil seguir seu próprio destino autonomamente. Desta maneira, ao fim de um longo período de mais de três séculos, o Brasil separou-se de Portugal, sem qualquer guerra de secessão, o que veio a honrar a excepcional relação, que no geral, sempre houve, e continua havendo, entre portugueses e brasileiros.

Portugal pode se orgulhar da civilização que implantou nestes trópicos do Novo Mundo. Ao longo de 322 anos, os portugueses, partindo do zero, edificaram um país que é um verdadeiro continente.

Mas o legado deixado por Portugal no Brasil não se limitou ao povoamento, à colonização e a miscigenação, foi muito além disso deixando um importante conjunto de valores que permanecem vivos até hoje e se constituem em assinalável patrimônio civilizacional da nação brasileira, como o são, por exemplo; a unidade territorial, a unicidade do idioma, o amor à pátria e à família, o pacifismo das gentes, a fé religiosa e a prática dos bons costumes.

As estreitas relações entre ambos os países não cessaram com a independência do Brasil, apenas, e, obviamente, passaram a ter novos contornos.

Nos últimos 178 anos, os portugueses, agora como meros imigrantes continuaram a vir para aqui, tendo-se constituído aos maiores provedores de mão-de-obra ingressada no país durante esse longo período.

A maioria deles começava trabalhando no comércio, onde com muita dedicação ao emprego e levando uma vida espartana, conseguiam amearhar pequenas poupanças, com as quais abriam o seu próprio negócio, a partir do qual, os mais dotados no talento e na sorte, acabaram até por construir grandes impérios empresariais, como são os casos do comendador Antonio Pereira Inácio, iniciador da Votantim, e Valentim Dinis, o fundador do Grupo Pão de Açúcar.

Naturalmente, que nem todos os portugueses chegaram a empresários, a maioria ficou-se pelos empregos, mas como via de regra, desempenhavam as suas funções com diligência e produtividade, tiveram sempre a boa consideração de seus chefes e patrões.

Quer como empregadores, quer como assalariados, os portugueses têm contribuído de forma assinalável para o progresso e afirmação do Brasil como grande nação.

Na vida em comunidade a conduta social dos portugueses tem sido verdadeiramente notável, a começar por uma fácil e completa integração à sociedade brasileira e a terminar com a constituição de famílias dotadas de sólidos princípios morais e de bons costumes.

Na história do imigração portuguesa para o Brasil, avultam exemplos de pessoas que se tornaram em figuras exponenciais brasileiras, para glória da nação luso-brasileira. Invocamos dois nomes dos nossos tempos.

O primeiro, de Carmem Miranda, a Pequena Notável, transformou-se no maior fenômeno brasileiro de popularidade universal, como sambista e criadora de um original estilo de baiana que o cinema de Hollywood se encarregou de transformar num verdadeiro mito.

Na literatura, grande saliência para Ferreira de Castro, que ainda rapazola emigrou para o Amazonas, lá produzindo extraordinárias obras literárias uma delas considerada autêntica obra prima, que é A Selva, onde o escritor, com rara maestria, relata a vida nos seringais da Amazônia. A Selva, tem mais de 50 edições já publicadas, sendo 21 delas em línguas estrangeiras.

Congregados em torno de coletividades, os portugueses no contexto social conseguiram realizar verdadeiros prodígios, especialmente no setor hospitalar, com as Santas Casas e as beneficências portuguesas, entre as quais sobressai a de São Paulo, o maior hospital privado do País, com 1.700 leitos.

No campo cultural, os portugueses instalaram várias bibliotecas, entre as quais, a do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, que é a mais rica biblioteca privada do Brasil.

No setor social-recreativo as comunidades portuguesas dispõem de mais de 200 associações, e na área do desporto, os imigrantes portugueses fundaram clubes esportivos que hoje são grandiosas e triunfantes instituições, onde pontifica o Vasco da Gama, seguido pela Portuguesa de Desportes, o Náutico de Recife e o Tuna Luso de Belém.

E, relativamente a Curitiba e ao Paraná, o que é que portugueses fizeram e estão fazendo?

A resposta é simples. Fizeram muito mais do que generalizadamente se pensa. Como bem se poderá depreender do que se segue.

Por volta de 1640, isto é, bem antes da fundação de Curitiba, já havia portugueses morando na região, con-

forme comprovam escrituras de sesmarias lavradas à época.

E, foram estes portugueses, com outros lusos descendentes de São Paulo, entre estes, Mateus Leme, que fundaram a povoação, batizando-a com o nome de Nossa Senhora da Luz, em homenagem a uma santa portuguesa, com igreja e culto num então arrabalde de Lisboa.

O primitivo nome de Curitiba sinaliza a influência dos portugueses na altura da fundação do povoado, influência essa comprovada em 29 de março de 1693 quando oficialmente foi constituído o município, com a eleição das primeiras sete autoridades, entre elas três portugueses: Antonio da Costa Veloso, Manuel Soares e João Rodrigues Seixas. A ata que registrou o acontecimento foi escrita pelo português Antonio Rodrigues Seixas, pai do João.

À volta de 1720, oriundo de Portugal, chegou à província do Paraná, o ouvidor Pardinho, a quem David Carneiro chamou de benemérito do Paraná, devido à forma justa e sábia com que resolveu antigos contenciosos de justiça que há muito se arrastavam sem solução, e pela excelente organização que implantou nos serviços camarários de Paranaguá e Curitiba. Mas, haveria de ser com os seus notáveis provimentos, Pardinho se tornaria célebre. Esses provimentos, constituíram-se nos fundamentos da ordem jurídica e social que então passou a regular as relações da sociedade paranaense.

No ano de 1720, por iniciativa dos portugueses, que a mandaram vir de Portugal, foi entronizada no altar da matriz de Curitiba a imagem de Nossa Senhora da Luz, que hoje está no Museu de Arte Sacra de Curitiba.

Em 1765, chega ao Rio de Janeiro, vindo de Portugal, Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que viria a fazer um extraordinário trabalho no Paraná.

Afonso Botelho foi o organizador das bandeiras paranaenses, e quem conquistou os Campos de Guaruapuava. Na seqüência, outras bandeiras por ele constituídas, foram conquistando terras, levando as fronteiras da província até as barrancas do Rio Paraná, propiciando assim um considerável aumento territorial ao Paraná.

Pelo litoral, Afonso Botelho deixou também a sua marca, fundando Guaratuba.

No começo do século XV, um português do Porto, Antonio Vieira dos Santos, então residente em Paranaguá, iniciou um trabalho de pesquisa histórica sobre a sua cidade e sobre Morretes, que redundou na publicação das memórias desses dois municípios, cujas obras passaram a ser fonte de consulta e de inspiração de todos os historiadores paranaenses, os quais como reconhecimento da importância dos escritos memorialistas de Vieira dos Santos, elegeram-no como o Patrono da Historiografia do Paraná.

Entretanto, veio a independência do Brasil, mas os portugueses nem foram embora, nem deixaram de vir para cá, por isso, no ano de 1868, nomeado por

Dom Pedro II, assume a presidência da Província do Paraná, o dr. Antonio Augusto da Fonseca, natural de Coimbra, e que fez um trabalho profícuo na província.

Em 1880, o imperador D. Pedro II, vem ao Paraná para se dar conta do progresso da província, tendo ficado hospedado no palacete do português Antonio Martins Franco, a quem o imperador, em reconhecimento à hospitalidade recebida, agraciou com o título de Comendador do Império.

Por essa altura, a comunidade portuguesa era formada por um escol de homens de notável capacidade empreendedora e de grande prestígio social, econômico e político, entre eles Antonio de Barros, José Fernandes Loureiro e Manuel Martins de Abreu, que conjuntamente com o grande paranaense, o Barão do Cerro Azul, imprimiam grande progresso à capital do Paraná.

A estas quatro personalidades, unidas e coesas em torno de ideais desenvolvimentistas, se deve, no campo do associativismo, a fundação de instituições, hoje centenárias e com notável importância na vida curitibana, como é o caso da Associação Comercial do Paraná, que teve sua primeira diretoria com cinco membros, três dos quais portugueses, e do Clube Curitibano, com o Barão do Cerro Azul sendo o primeiro presidente; Antonio de Barros o segundo; Manuel Martins de Abreu o quinto e José Loureiro Fernandes o sétimo, de forma que entre os primeiros sete presidentes do clube, três foram portugueses.

Os portugueses fundaram ainda outra instituição já centenária, a Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro, onde são vivenciadas com regularidade as tradições e os costumes portugueses.

Por essa altura, os membros da comunidade portuguesa eram de tal maneira participativos da vida cidadina que até no infortúnio estavam presentes e foi por essa via que Lourenço Rodrigues de Matos Guedes, acabou sendo vítima fatal dos horrores da guerra federalista, quando conjuntamente com o Barão do Cerro Azul e mais quatro desafortunados companheiros, foram executados em 1894.

Em 1884, chegaria a Curitiba um jovem pintor português, de nome Antonio Mariano de Lima, para pintar os cenários do Teatro São Teodoro, o atual Guaíra, e que viria se transformar na mais importante figura das artes e do ensino na capital do Paraná.

Por instâncias do presidente provincial de então, o Visconde de Taunay, Mariano de Lima, acabou por ficar em Curitiba, e abrir escola, que começando modestamente numa sala emprestada, acabou se tornando no mais importante instituto de ensino da província.

Dos muitos alunos que Mariano de Lima teve, dois deles tornaram-se os maiores escultores do Paraná em todos os tempos: João Turin e Zaco Paraná.

Mariano de Lima, como extraordinário animador do panorama local das artes plásticas, instalou a primeira

pinacoteca do estado e editou a primeira revista de artes do Paraná, "A Arte".

Para sermos fiéis à importante contribuição dos portugueses para o progresso do Paraná, teríamos que prosseguir por esta diapasão narradora, mas para abreviarmos o assunto, vamos nos limitar à referência de nomes indispensáveis para a compreensão dessa contribuição, tais como os de: Sidônio Muralha, renomada figura das literaturas portuguesa e brasileira; Mariana Coelho, poetisa e educadora de grande mérito; João Manuel Simões, com vasta e qualificada obra em poesia, prosa e ensaística; Carlos Alberto Sanches, fundador do Colégio Camões e dedicado e competente mestre no ensino da língua portuguesa e membro da Academia Paranaense de Letras. E, para encerrar estas citações nominais, um nome desta Casa, o do deputado Geraldo Cartário, que com o presente já vai no terceiro mandato da Assembléia Legislativa, corolário de uma longa carreira de 26 anos, inteiramente dedicada ao difícil campo da política, onde atua como um bravo brasileiro, que o destino quis que nascesse em Portugal, à semelhança e sina da maioria de nós portugueses que um dia aqui chegamos com os nossos sonhos e anseios, e quase sem nos darmos conta disso, somos envolvidos por um indeclinável sentimento de afeto que logo nos faz ser, também, brasileiros.

Nos últimos 50 anos, a história da imigração portuguesa para o Paraná foi enriquecida com a colonização do norte novo e do oeste do Estado, com os portugueses a ocorrerem em grande número para essas regiões onde, com o seu trabalho progrediram e fizeram progredir as terras de adoção.

Em todos os lugares dessas vastas regiões, encontram-se portugueses aí figurando como importantes empresários, industriais, comerciais e agrícolas, que com a sua ação empresarial, tornaram-se grandes impulsionadores do crescimento dos seus municípios.

Dedicados também ao serviço público, os portugueses dessas regiões, têm tido apreciável participação na vida política do Estado e até nacional, com alguns deles tendo desempenhado importantes funções de deputados estaduais e federais, prefeitos, presidentes de câmaras municipais e secretários municipais.

No campo social, igualmente a obra dos portugueses naquelas plagas é de grande importância, com a fundação de vários e importantes clubes e associações.

Essa maciça deslocação de portugueses para o norte e o oeste do Paraná, a partir dos anos 50 de 1900, acabou por redundar na drástica redução da corrente migratória de portugueses para Curitiba, e este fato, aliado à intensificação da imigração de outras etnias estrangeiras para a capital do Paraná, e ainda ao explosivo crescimento da cidade, que por isso tende a evidenciar as imagens do presente, em detrimento do paulatino e laborioso processo construtivo de Curitiba ao longo dos tempos, o qual recebeu assinalável contribuição dos portugueses,

que entretanto têm hoje esse reconhecimento totalmente ignorado.

Este processo discriminatório da realidade histórica, agrava-se e deturpa-se com o avançar do tempo, acabando por gerar equivocadas versões que valorizam fatos recentes em desprezo de valores mais altos e importantes que os procederam.

A referência que fazemos a este assunto vem a propósito da historiografia corrente de Curitiba e do Paraná, principalmente daquela que é passada para as crianças nas escolas, que omite completamente a grande contribuição que os portugueses deram e têm dado para a fundação, o progresso e o engrandecimento da nossa Capital e do nosso Estado.

Finalmente, e como nota de apreço e consideração pelo Paraná, sublinhe-se que o governo português mantém no Estado um consulado oficial em Curitiba, e quatro consulados honorários em Paranaguá, Maringá, Londrina e Foz do Iguaçu.

Este discorrer sobre os progressos que os portugueses, desde sempre, fizeram por si, pelo Brasil e pelo Paraná, poderá ter passado a impressão de que tal narrativa visava a auto-exaltação dos portugueses. Tal, não foi a intenção? O que efetivamente se pretendeu, e reiteradamente se pretende, é demonstrar que nesta hora os portugueses, e não só os do Brasil, embora estes de uma maneira muito especial, mas também os que vivem em Portugal e em outras partes do mundo, têm o mesmo grande sentimento de afeto pelo Brasil e que se integram nas justas celebrações dos 500 anos, com os corações a pulsar de orgulho, por esta portentosa terra que seus avoengos descobriram e laboriosamente povoaram, vêm chegar o Brasil ao seu quinto centenário, como uma nação colossal e no limiar de se livrar das derradeiras amarras que ainda estão impedindo de singrar o seu grande destino que desde há muito lhe está prognosticado por força do poderoso patrimônio de que dispõe, constituído por este enorme e rico território e por este imenso e abnegado povo".

Na seqüência desta solenidade, convidamos a todos para assistirem aos alunos e alunas do Colégio Militar de Curitiba, em desfile com as bandeiras históricas do Brasil.

(Lê):

"A forma mais fiel que espelha a nossa pátria, é a bandeira. Lançando as vistas sobre esse pavilhão, mesmo que por um instante, não há brasileiro que deixe de sentir no âmago o que ela representa como síntese de nossa nacionalidade.

Altaneira e vibrante, significa muito mais do que o nosso espaço físico e as nossas riquezas: representa a saga dos que, no passado, lutaram para fazer desta terra uma nação independente, íntegra e coesa e dos que, no presente, lutaram pelo seu desenvolvimento, assegurando um futuro melhor para as próximas gerações.



## Símbolos Nacionais

De pé, descoberto, em silêncio e com respeito

Em edifícios

Em aeronaves

À noite



Deve estar iluminada

Nas escolas, públicas ou particulares, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.



**Exército Brasileiro - uma escola de civismo.**

### Bandeiras Históricas do Brasil

#### Bandeira de Ordem de Cristo (1332 - 1651)



A Ordem de Cristo, rica e poderosa, patrocinou as grandes navegações lusitanas e exerceu grande influência nos dois primeiros séculos da vida brasileira. A cruz de Cristo estava pintada nas velas da frota cabralina e o estandarte da Ordem esteve presente no descobrimento de nossa terra, participando das duas primeiras missas. Os marcos traziam de um lado o escudo português e do outro a Cruz de Cristo.

#### Bandeira Real (1500 - 1521)



Era o pavilhão oficial do Reino Português na época do descobrimento do Brasil e presidiu a todos os acontecimentos importantes havidos em nossa terra até 1521. Como inovação apresenta, pela primeira vez, o escudo de Portugal.

#### Bandeira de D. João III (1521 - 1616)



O lábaro desse soberano, cognominado o "Colonizador", tomou parte em importantes eventos de nossa formação histórica, como as expedições exploradoras e colonizadoras, a instituição do Governo Geral na Bahia em 1549 e a posterior divisão do Brasil em dois Governos, com a outra sede no Maranhão.



### **Bandeira do Domínio Espanhol (1616 - 1640)**

Este pendão, criado em 1616, por Felipe II da Espanha, para Portugal e suas colônias, assistiu às invasões holandesas no Nordeste e ao início da expansão bandeirante, propiciada, em parte, pela "União Ibérica".



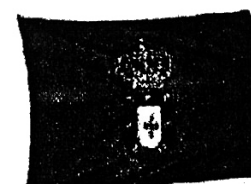
### **Bandeira da Restauração ( 1640 - 1683)**

Também conhecida como "Bandeira de D. João IV", foi instituída, logo após o fim do domínio espanhol, para caracterizar o ressurgimento do Reino Lusitano sob a Casa de Bragança. O fato mais importante que presidiu foi a expulsão dos holandeses de nosso território. A orla azul alia à idéia de Pátria o culto de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser a Padroeira de Portugal, no ano de 1646.



### **Bandeira do Principado do Brasil (1645 - 1816)**

O primeiro pavilhão elaborado especialmente para o Brasil. D. João IV conferiu a seu filho Teodósio o título de "Príncipe do Brasil", distinção transferida aos demais herdeiros presuntivos da Coroa Lusa. A esfera armilar de ouro passou a ser representada nas bandeiras de nosso País.



### **Bandeira de D. Pedro II, de Portugal (1683 - 1706)**

Esta bandeira presenciou o apogeu de epopéia bandeirante, que tanto contribuiu para nossa expansão territorial. É interessante atentar para a inclusão do campo em verde (retângulo), que voltaria a surgir na Bandeira Imperial e foi conservado na Bandeira atual, adotada pela República.



### **Bandeira Real Século XVII (1600 - 1700)**

Esta bandeira foi usada como símbolo oficial do Reino ao lado dos três pavilhões já citados, a Bandeira da restauração, a do Principado do Brasil e a Bandeira de D. Pedro II, de Portugal.



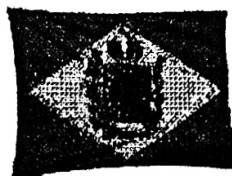
### **Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1816-1821)**

Criada em consequência da elevação do Brasil à categoria de Reino, em 1815, presidiu as lutas contra Artigas, a incorporação da Cisplatina, a Revolução Pernambucana de 1817 e, principalmente, a conscientização de nossas lideranças quanto à necessidade e à urgência de nossa emancipação política. O Brasil está representando nessa bandeira pela esfera armilar de ouro, em campo azul, que passou a constituir as Armas do Brasil Reino.



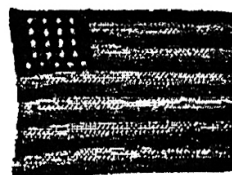
### **Bandeira do Regime Constitucional ( 1821- 1822)**

A Revolução do Porto, de 1820, fez prevalecer em Portugal os ideais liberais da Revolução Francesa, abolindo a monarquia absoluta e instituindo o regime constitucional, cujo pavilhão foi criado em 21 de agosto de 1821. Foi a última bandeira Lusa a tremular no Brasil.



### **Bandeira Imperial do Brasil (1822 - 1889)**

Criada por Decreto de 18 de setembro de 1822, era composta de um retângulo verde e nele, inscrito, um losango ouro, ficando no centro deste o Escudo de Armas do Brasil. Assistiu ao nosso crescimento como Nação e a consolidação da unidade nacional.



### **Bandeira Provisória da República (15 a 19 Nov 1889)**

Esta bandeira foi hasteada na redação do jornal "A Cidade do Rio", após a proclamação da República, e no navio "Alagoas", que conduziu a família imperial ao exílio.

## **As Armas Nacionais**

É obrigatório o uso das Armas Nacionais:

No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República; nos edifícios-sede dos Ministérios; nas Casas do Congresso Nacional; no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos; nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal; nas Prefeituras e Câmaras Municipais; na frontaria dos edifícios das repartições públicas federais; nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das polícias militares e corpos de bombeiros militares, nos seus armamentos, bem como nas fortalezas e nos navios de guerra; na frontaria ou no salão principal das escolas públicas; nos papéis de expediente, nos convites e nas publicações oficiais dos órgãos federais.

## **O Selo Nacional**



O Selo Nacional será usado para autenticar os atos de governo, bem como os diplomas e certificados emitidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos.

## As Cores Nacionais

Considera-se cores nacionais o verde o amarelo. As cores nacionais podem ser usadas sem quaisquer restrições, inclusive associadas a azul e branco.

O verde, presente no escudo imperial brasileiro, vem simbolizar nossas extensas florestas e a natureza pródiga que Pero Vaz Caminha ressaltou em sua famosa carta ao El Rei Dom Manuel. O amarelo representa, num losango, as fartas riquezas minerais, a presença do dourado sol da vida e o símbolo do poder e da autoridade. O azul é um firmamento resplendente de estrelas iluminadoras, as mesmas do céu da proclamação da República, luzes de democracia, de cidadania, de ordem, de progresso, de respeito e de soberania. O branco é a paz que prezamos e realça o permanente anseio que nutrimos pela concórdia e a disposição para o convívio pacífico.”

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Neste instante concedo a palavra ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sidney Zappa.

### O SR. SIDNEY ZAPPA

Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, Digníssimo presidente desta Assembléia Legislativa; Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, Digníssimo governador do Estado do Paraná, demais membros da Mesa, Digníssimas autoridades civis e militares e clero, senhoras e senhores.

(Lê):

“Reunidos nesta sessão magna, evocamos os 500 Anos do Descobrimento, marco inicial da formação da Nação brasileira.

Existe quem questione a validade dessas comemorações. Haja ou não motivos para festejos, demonstrar inconformismo com depredações ou atos de hostilidade, para lá de censurável, é comportamento inadmissível, numa sociedade que se pretende ordeira e civilizada.

Todavia, abstraídos os pessimismos habituais - daqueles que nenhum motivo vêm para festas - o cenário é propício para nossas reflexões.

Volvamos ao passado.

Boris Fausto, historiador e professor da USP, rememora que o descobrimento do Brasil não provocou, nem de longe, o mesmo entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia.

O Brasil aparece como uma terra cujos contornos geográficos e possibilidades de exploração eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passasse de uma grande ilha.

Ao descobrir a América, em 1492, chegando às Antilhas, Colombo acreditara ter alcançado o Mar da China. A posse da nova terra foi contestada por Portugal, daí resultando uma série de negociações que desembocaram no Tratado de Tordesilhas, em 1494. Para muitos, o Brasil também teria sido descoberto por mero acaso.

A chegada dos portugueses representou profunda alteração na vida dos índios. Os nativos que se submeteram ou foram submetidos passaram por penoso processo de aculturação. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça, que mostra, até hoje, sua presença na formação da sociedade brasileira.

Uma forma excepcional de resistência dos índios consistiu no isolamento, alcançado através de contínuos deslocamentos. Em limites muito estreitos, esse recurso permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural.

A população indígena era pouco produtiva para o trabalho agrícola. Isto motivou o tráfico negreiro e a escravidão.

A presença de africanos e afro-brasileiros nos engenhos, nas minas e nas fazendas adquiriu enorme relevância em nossa colonização.

Dom João III estabeleceu o Governo Geral, com o propósito de garantir a posse territorial do Brasil, colonizá-lo e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.

Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma.

As invasões holandesas tiveram início em 1624, com a ocupação de Salvador, que durou apenas um ano. Após duros combates, os holandeses se renderam.

Mais tarde, entretanto, consolidou-se o domínio holandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o Rio São Francisco.

Em período de relativa paz, verificou-se o governo do príncipe holandês, Maurício de Nassau, que foi o responsável por uma série de iniciativas políticas e realizações administrativas.

Com o retorno de Nassau à Holanda, em 1644, reiniciou-se a guerra, que culminou pela reconquista, pelos portugueses, do território sob dominação holandesa. Destacam-se as duas Batalhas de Guararapes, vencidas pelos brasileiros.

Seria o Brasil diferente, se tivesse ficado sob o domínio holandês - e não de Portugal?

Embora não haja resposta para essa questão, mera conjectura, que não se tornou realidade quando se compara o governo de Nassau com a rudeza lusa e a natureza muitas vezes predatória de sua colonização, a resposta parece ser positiva.

Mas convém lembrar que Nassau simbolizava apenas uma tendência - e a Companhia das Índias Ocidentais, que o príncipe representava, exigia outro comportamento, mais próximo do estilo de colonialismo português. Os ingleses, por exemplo, estabeleceram colônias bem diferentes nos Estados Unidos e na Jamaica. Com portugueses ou holandeses, indiferente-

mente, por certo o Brasil teria mantido a mesma condição de colônia de exploração.

A unidade nacional, todavia, neste país de dimensões gigantescas, através da língua portuguesa, por si só, é suficiente para que louvemos a colonização de Portugal.

Os portugueses, após chegarem ao belíssimo litoral brasileiro, embrenharam-se em nosso território, espalharam-se por todos os quadrantes - e edificaram os alicerces de um país continental.

Nesta hora de reflexão, não se há de olvidar a importância da imigração, neste Brasil de todos os povos.

Entre 1887 e 1930, cerca de três milhões e oitocentos mil estrangeiros chegaram ao Brasil.

Italianos, portugueses e espanhóis foram as etnias majoritárias. Japoneses, sírio-libaneses, judeus, alemães, ucranianos, poloneses, holandeses, chineses, coreanos - são algumas, dentre as nações que forneceram importantíssima força de trabalho para a consolidação da Nação brasileira.

Nossas homenagens a esses autênticos brasileiros de longes terras, que elegeram nosso país como segunda pátria, berço de seus filhos e netos.

Ao Chefe do Poder Judiciário Estadual incumbe, neste ensejo, enfatizar a atuação da Justiça, nos primórdios da nossa história.

Desde o Descobrimento, transportou-se para o Brasil a organização judiciária da monarquia portuguesa.

O Professor Haroldo Valladão consigna que o direito reinícola, para os brasileiros, compreende o direito que vigorou em Portugal até a Independência do Brasil.

Esse direito possui três grandes monumentos: as Ordenações Afonsinas, de 1446, primeira codificação moderna, mais tarde substituída pelas Ordenações Manuelinas, de 1511 - ponto alto do renascimento português, da época de Dom Manuel, o Venturoso, quando foi descoberto o Brasil, e Portugal era uma das grandes nações da Europa - e, por fim, as Ordenações Filipinas, de 1603, elaboradas durante a dominação espanhola.

As Ordenações do Reino representam belíssima contribuição do Direito Português para a nossa cultura jurídica.

Restaurada a independência de Portugal, as Ordenações Filipinas foram ratificadas formalmente e vigoraram, no Brasil, ainda por muito tempo.

Os Órgãos da Justiça, às vezes com funções administrativas, eram representados pelos vários juízes, entre os quais se destacava o ouvidor da comarca, nomeado pelo soberano por três anos. Para julgar recursos das decisões, existiam os Tribunais da Relação, presididos pelo governador ou vice-rei, a princípio só na Bahia, e mais tarde também no Rio de Janeiro.

As dimensões deste pronunciamento, por óbvio, não me permitem considerações mais aprofundadas.

Lembremo-nos de grandes vultos, que escreveram páginas de heroísmo, ao longo da nossa história: Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Tiradentes, Frei Caneca,

Deodoro, Caxias, Osório, Tamandaré - e tantos outros, que honraram esta Nação.

Mas tudo isso é passado.

E o presente?

Que Brasil é este em que vivemos?

A corrupção atinge todos os níveis - e é abertamente considerada endêmica, por autoridades estrangeiras.

A impunidade é apontada como o grande mal nacional.

Na ânsia de se curar esses cânceres, que debilitam todo o organismo social, têm-se cometido exageros.

O denunciismo campeia, livremente, às vezes atingindo pessoas de reputação ilibada.

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm contribuído decisivamente para o desbaratamento do crime organizado.

São instituições legítimas, destinadas à colheita de provas, para futuro julgamento pelo Poder Judiciário.

Devem agir, todavia, com máxima cautela. O envio à Justiça de inquéritos lacunosos, com provas frágeis, ou inexistentes, expõe o Poder Judiciário à reprovação pública, quando simplesmente os juízes cumprem a lei e libertam os denunciados por absoluta indigência de provas consistentes, aptas a embasar o ato prisional.

O princípio universal da ampla defesa, consagrado na Carta Magna, compreende conhecer-se quem acusa, para que o acusado possa se defender.

Em muitos casos, ouvem-se testemunhas mascaradas, com nomes fictícios, que ninguém sabe quem são - quando o mesmo poderia ser feito reservadamente, sem a tensão dos holofotes e a desmesurada atenção da mídia, com idênticos resultados, mas sem afronta aos mais comezinhos princípios de legalidade.

É certo que produzem resultados - mas as provas assim obtidas tornam-se objeto de questionamento legal.

A advertência de Saulo Ramos é inteiramente pertinente:

“Uma das maiores frustrações do povo brasileiro tem sido a sensação permanente de impunidade. Não podemos esquecer que, entre muitas causas de impunidade, as mais frequentes têm sido denúncias mal feitas, com bases em inquéritos defeituosos e, sobretudo, a exagerada e escandalosa publicidade em torno de fatos que, por isso, acabam nas pizzarias”.

Os que agora dirigem ataques ao Poder Judiciário, tachando-nos de omissos, poderão ser os primeiros a sofrer violações em seus direitos e não terão, suprimida, a independência dos juízes, a quem recorrer.

A sociedade brasileira deseja que, vez por todas, a impunidade possa ser banida, escoraçada a injustiça e satisfeitos todos aqueles que clamam pela defesa de sua cidadania.

Para tanto, há que se considerar os direitos e garantias individuais do cidadão, deve-se observar e fazer cumprir a Constituição e as leis - pois “a história nos

ensina que o ponto em que a civilização entra em crise é quando a maioria das pessoas deixa de ter respeito pela lei”.

É chegado o momento de indagarmos: qual o nosso futuro?

Alerta-nos padre Antônio Vieira, com seu estilo peculiar, no “Sermão de Quarta-Feira de Cinzas”:

“Se quereis ver o futuro, lêde as histórias, e olhai para o passado.

Se quereis ver o passado, lêde as profecias e olhai para o futuro.

E quem quiser ver o presente, para onde há de olhar?

Não o disse Salomão, mas eu o direi.

Digo que olhe juntamente para um e para outro espelho.

Olhai para o passado e para o futuro, e vereis o presente.

A razão ou conseqüência é manifesta.

Se no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é o futuro do passado e o mesmo presente é o passado do futuro”.

Como afirma Luiz Felipe de Alencastro, “o fato é que a busca de certezas no passado reflete as dúvidas sobre o presente.

O país enfrenta hoje uma crise de identidade gerada por vários problemas: o impacto da globalização sobre uma comunidade nacional esgarçada pelas diferenças regionais e sociais; décadas de frustrações sobre reformas políticas e econômicas; o desdobramento das migrações regionais e imigrações internacionais: pela primeira vez em nossa história, um número crescente de brasileiros, cansados de viver no ‘país do futuro’, vai viver noutro país para realizar seu futuro. Nesse contexto, apesar de tudo, é preciso pensar também no nosso difícil passado.(...)”

De qualquer modo, sejamos otimistas. Carregados de dúvidas, mas recusemos o apocalipse.

A maior riqueza brasileira - como assevera o editorialista de jornal local - é o nosso povo. “Infinitamente maior do que todo o ouro e toda a prata que os conquistadores almejavam aqui encontrar(...). É a esta riqueza, o povo, que incumbe a tarefa de abrir as portas para o novo descobrimento, tendo como principal força de impulso a solidificação de sua crença em si mesmo e em valores patrióticos”.

O Brasil que agora completa quinhentos anos, haverá de superar percalços, sejam quais forem, e atingir a dignidade de uma grande e próspera Nação, onde todos vivam, trabalhem e progridam em paz e harmonia; onde todos os indicadores sociais sejam positivos; as riquezas distribuídas de modo equânime; os empregados, condignamente remunerados; onde haja justiça e onde todos, enfim, sejamos felizes.

E certamente não serão necessários mais quinhentos anos para que isto aconteça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER

Excelentíssimo senhor presidente desta Casa de Leis, demais autoridades e convidados.

(**Lê**):

“Duas grandes vertentes vão marcando a memória da passagem dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

De um lado, a celebração; de outro, o protesto.

A celebração se impõe pela magnitude da data.

O protesto é um alerta sobre as iniquidades. As que marcaram a história e as que persistem nos dias atuais.

A celebração deve ser alcançada como expressão das conquistas que vêm se traduzindo na construção desse grande país, e também, como traço especial de nosso povo, que é a própria alegria de viver.

O protesto deve ser ouvido como um grito, um alerta, como o ressentimento inevitável que permeia nossa história de ontem e de hoje, tão marcada por injustiças.

Como conseqüência dessas duas vertentes houve exageros. Estes, a civilidade manda condenar.

O essencial é que da tensão entre o celebrar, o protestar e o exagero possa nascer uma reflexão proveitosa.

Sabem os povos que sem a boa compreensão da história estão condenados a repetir os seus erros.

Para nós, que aos 500 anos ainda não conseguimos sobrepor a Nação ao Estado - porque a anterioridade desde sobre aquela insiste em permanecer - esta é uma lição fundamental, que está a exigir grande empenho de todos.

No entanto, mais do que tudo, o que a data nos impõe é o próprio redescobrimento do Brasil.

Não apenas quem somos, mas sobretudo o que poderemos ser.

Não apenas a angústia do não ter sido, mas a disposição do vir a ser.

Não apenas a culpa de não termos feito, mas a determinação do começar a fazer.

Redescobrir a energia do jovem.

Redescobrir a experiência do idoso.

Redescobrir a criatividade.

Redescobrir as imensas possibilidades que guarda o solo generoso, o clima ameno, a boa gente, que é expressão de um dos maiores e mais bem sucedidos caldeamentos do mundo.

Redescobrir o sonho.

Sem sonho, não há construção.

Sem sonho, não há o necessário clima para vencer o ressentimento.

Sem sonho, não prevalece aquele olhar generoso que projeta cenários promissores onde aparentemente só vicejam as dificuldades.

Se queremos purgar a nossa história das injustiças que nos incomodam na passagem dos 500 anos, temos que traçar rotas mais ousadas.

Estaremos no bom caminho se começarmos por redescobrir a nossa auto estima.

Não somos nem de longe o povo indolente e incapaz que se estereotipou em nosso imaginário.

Nem é nosso destino ostentar o elevado grau de vicissitudes que aflige parcela significativa de nossa população.

Tampouco precisamos pensar que não podemos dar saltos de desenvolvimento, capazes de, em curtos espaços de tempo, incluir grandes contingentes.

O Brasil é dos poucos países que pode sonhar com grandes e rápidas transformações.

Isto porque podemos nos projetar como nova e promissora fronteira do Planeta, se soubermos conciliar os nossos interesses com a atração de empreendedores do mundo, numa equação sinérgico voltada ao desenvolvimento e ao bem estar.

Começemos por pensar num cenário de expansão do atendimento à necessidades básicas da população.

Terra, trabalho, comida, saúde, educação.

Todas estas questões estão no vértice dos conflitos que tem aflorado em nossa história, traduzindo-se na desigualdade, na desolação e na violência que, contraditando a tradição de boa índole, eclode com a força nas cidades.

Todas estas questões estão de algum modo no imaginário de todos, daí que há razoável compreensão de nossos problemas, faltando centrar mais o foco nas soluções.

Podemos começar por fazer da qualidade de vida uma nova fronteira.

Redescobrir nas necessidades básicas da população e nas suas dificuldades a oportunidade de se construir um novo degrau de qualidade.

Isso porque a própria construção dessas condições essenciais que faltam a boa parcela da população brasileira está aí para ser transformada em empregos, empreendimentos, tudo ensejando uma ocupação mais harmônica do território e um saudável e indispensável crescimento de nosso mercado interno.

Porque prover moradia, saneamento, saúde, educação à grande parcela que hoje vive à margem desses benefícios enseja exatamente isso, ou seja, o estabelecimento de uma nova fronteira direcionada às entranhas do País, alcançando o campo, reanimando as pequenas cidades, estabelecendo novos assentamentos humanos.

Houve um tempo recente em que se projetava uma tragédia irreversível sobre o nosso País. Ao atraso endêmico, somava-se as altas taxas de crescimento populacional e as intensas migrações internas que esvaziavam o campo e as pequenas cidades, inchando de maneira insuportável as grandes.

É verdade que muitas das grandes cidades chegaram a um ponto perigoso de comprometimento.

É verdade, também que na ausência desse movimento muitas das pequenas cidades sucumbiram à decadência.

Mas neste período as altas taxas de natalidade cederam, a economia cresceu, o País desenhou um cenário de estabilidade e a tecnologia avançou, tornando o mercado e a qualidade de vida factíveis em qualquer região, em qualquer cidade.

Estão aí, aliás, eloqüentes motivos para a celebração.

Isto nos diz que tendência não é destino.

Que quando a sociedade detecta uma tendência não desejável, é a hora de revertê-la.

O Brasil que, em tão curto espaço de tempo, reverteu tantas tendências negativas, pode agora entregar-se à tendência de um novo descobrimento.

O descobrimento de seu grande destino.

Destino à vista!

Muito obrigado.”

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência, antes de encerrar deseja agradecer a presença de todos os senhores e as senhoras aqui presentes, e faz questão de nominar o Excelentíssimo senhor doutor juiz Onésimo Mendonça de Anunciação, vice-presidente do Tribunal de Alçada do Paraná; Excelentíssimo senhor embaixador Jairo Coelho, chefe do escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores no Paraná; Excelentíssimo senhor Clemente Ivo Juliato, magnífico reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; dos Excelentíssimos senhores Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde; Heinz Georg Herwig, secretário de Estado dos Transportes; Augusto Canto Neto, secretário de Estado de Obras Públicas; Guaracy Andrade, assessor especial do governador do Estado do Paraná; Sydnei Pinto, Grão Mestre da Grande Loja do Paraná; Ilustríssima senhora Tânia Ribas, representante da Delegacia Federal no Paraná do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; senhora Iara Macedo, representante do ministro Rafael Greca de Macedo; do senhor Nilton Sérgio Ribeiro Grein, diretor geral da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho; Ilustríssimo senhor tenente-coronel Flávio Antonio da Silva Abreu, representante do comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, general Gustavo Adolfo Castro Dutra de Menezes; Ilustríssimo senhor Ivo Arzua, coordenador das comemorações dos 500 anos pelo Movimento Pró-Paraná; dos Jovens da Ordem Molei da Maçonaria; todos os representantes dos Movimentos Cívicos Paranaenses; jornalista Paulo Gomes; senhor Celso Luiz Gusso, vice-presidente da Federação das Indústrias do Paraná; senhora Mariza Caldeira, representante da Excelentíssima senhora Lúcia Maria Gluck de Camargo, secretária de Estado da Cultura; Ilustríssima senhora Adelia Dias Castela Ribeiro, diretora do Colégio Estadual do Paraná; coronel Q.O.P.M.

Guaraci Moraes de Andrade, comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

**(Lê):**

“O Paraná tem, legitimamente, o que comemorar nesta saga de cinco séculos.

Se outras regiões reivindicam o privilégio de ter acolhido o nascimento do Brasil, o Paraná exhibe em seu período formativo, desde logo, a forte presença do desbravador lusitano. Pouco depois de 1500, já se assinalavam visitas de navegadores portugueses ao nosso litoral, e a subsequente radicação de núcleos europeus em povoados da costa, numa amigável mescla com indígenas que habitavam a região. Assim, desde 1540, os homens brancos conviviam com os índios dessa região, conforme nos dá testemunho o naufrago alemão, historiador Hans Staden, em seu livro ‘Viagem ao Brasil’, que é o mais antigo documento histórico do Paraná.

Um século depois, explorados os campos de serra acima, Curitiba inicia um importante ciclo de criadores para o tropeirismo, com abertura e consolidação de caminhos entre o Centro-Sul e as regiões situadas ao Sul, o que garantiu, inclusive, a unidade nacional, em conhecidos e memoráveis episódios da História do Brasil.

Esse resgate do papel dos paranaenses da região litorânea e de Curitiba, nos primórdios, na formação do Brasil meridional, está documentado em todos os livros de História, e a robustecer nossa reivindicação de uma identidade própria no seio da comunhão brasileira.

O paranaense, como todo brasileiro, é um batalhador de cinco séculos. E os da geração presente devemos aprender as lições do passado, pois o passado é, justamente, o que não passa. Das lutas e conquistas de antanho, extraímos uma sensata bravura para as lutas e conquistas de hoje.

Sabe este jovem de 500 anos que uma civilização se constrói sobre os alicerces de muitos séculos. Sabe que, apesar das dificuldades, dos equívocos, e de todos os desenganos, nossa civilização nasceu cristã, diz-se, ainda, cristã, e, por isso, contém valores que bastariam explicitar em atos fraternais, em postulados de cooperação construtiva, para assegurar sua sobrevivência e seu triunfo.

Sabe que nos cabe decantar o conteúdo dos tempos, e entregá-lo, engrandecido, às gerações futuras.

É um ideal que, apesar de todos os tropeços, continua sendo o ideal de todos os brasileiros responsáveis, daqueles que sentem e sabem ser o entendimento, a verdade, a paz, a concórdia, a esperança universal dos povos.

Pondera-nos o eminente escritor Gilberto de Mello Kujawski: ‘Será que a contribuição dos descobridores e colonizadores, no Brasil e na América, limitou-se à dev-

astação e à destruição, sem que tenha acrescentado mais nada em matéria de princípios civilizatórios, de religião, de arte, de direito, de moral, de tecnologia e ciência, de pensamento, princípios decisivos para a formação da personalidade nacional e da nossa identidade cultural?

Introduziram, ao mesmo tempo, instituições, princípios e valores essenciais, para nossa cultura e para nossa vida?’ Em suma: ‘Será que não valeu a pena construir o novo mundo, onde respiramos, e que lutamos para aperfeiçoar?’ Em sua coerência absoluta, esse coro de lamentações em torno das comemorações das descobertas, indica a ousadia de tentar inverter o relógio da História, forçando seus ponteiros a andar para trás. Uma utopia projetada sobre o passado. Certo vazo de esquizofrenia ideológica.

Qualquer que seja a nossa filosofia de vida, a cor da nossa pele, a origem dos nossos pais, temos, sim, múltiplas razões para comemorarmos os 500 anos do Brasil. Temos em comum algo muito importante: um profundo amor pela nossa terra e sua gente. Um amor que tem a idade de seu tempo e a força de seu sonho: que ao homem seja garantida a liberdade, o direito à vida, à igualdade, à cultura, à dignidade pessoal e social, enfim, à fruição dos bens da civilização.

Não creio podermos afirmar que tudo já se fez para aperfeiçoamento das instituições e bem-estar das pessoas. Mas não creio ter-se esgotado a energia moral necessária às transformações, e capaz de dar ao nosso modo de vida uma força imperecível.

Não fenecem os sentimentos e o grande destino de um povo, cujo país nasce sob o signo da cruz, da concórdia, da paz, da verdade e da justiça. Essa é a espécie de país a que nós, brasileiros, estamos comprometidos, pelos princípios sobre os quais se fundou nossa grande nação.

Senhor governador, senhor desembargador-presidente, senhoras e senhores. No momento em que comemoramos os 500 anos do Brasil, em que celebramos uma exaltação solene à integração luso-brasileira, sinto transformar-se o significado desta hora num brado de afirmação do presente, e num hino de crença no futuro.

Muito obrigado.”

Convido, neste instante, a todos os presentes a ouvirem o Hino do Paraná a ser cantado pelo Coral e executado pela Banda da Polícia Militar.

**(Execução do Hino do Paraná)**

Levanta-se a sessão.